**As eleições no Brasil e os riscos da “teoria do empate”**

*Análise aponta para uma suposta “paridade de armas” em um confronto que é absurdamente desigual.*

* [*Bruno Beaklini*](https://www.alainet.org/es/autores/bruno-beaklini)

18/02/2022

O tema das eleições presidenciais de 2022, no Brasil, é um momento de torque de força para as instituições árabe-brasileiras. Sabemos que a meta de "atingir a prosperidade" nas Américas nos colocou na metade acima da pirâmide social dos países latino-americanos que tão bem receberam nossos ancestrais imigrantes. Obviamente, este é o caso de nossa colônia e seus milhões de descendentes nas terras de Pindorama e Palmares. Por outro lado, o Bilad al-Sham, a Mesopotâmia, a Península Arábica, o Magrebe e as terras farsis são ameaçadas diuturnamente pela aliança anglossionista. Especificamente, nossos países dependem do Eixo da Resistência para seguirem existindo, e a agenda da diáspora brasileira pode somar na defesa do Líbano resistente, República Árabe da Síria e Palestina Ocupada.

Como já explicamos em textos anteriores, a "teoria do empate" não nos serve. Essa farsa histórica é tão absurda como a “teoria dos dois demônios”, em que afirma que havia uma “normalidade democrática” na América Latina e os dois extremos da Guerra Fria, militares colonizados de extrema direita e a esquerda insurgente teriam “radicalizado” o  ambiente político. É como pedir desculpas por resistir ao invasor, ou comparar a insurgência com tropas coloniais invasoras.

**Três pontos para derrotar a “teoria do empate”**

Especificamente, a “teoria do empate” aponta para uma suposta “paridade de armas” em um confronto que é absurdamente desigual. A Palestina Ocupada não tem equivalência com a entidade sionista ocupante. E a verba e ajuda militar do Império Estadunidense não tem comparação com as capacidades operacionais da Resistência  Libanesa e Síria. Ainda não, mas estamos avançando.  Logo, qualquer posição em defesa do Sul Global e de uma Política Externa Independente deve automaticamente defender os povos em guerra de libertação, tal como a Itamaraty sempre se comportou em relação ao irmanado continente africano.

Mesmo dentro do pragmatismo hegemônico na centro-esquerda e esquerdas eleitorais do Brasil, a tese do "mal menor" não se aplica a povos e territórios sob a ameaça militar e Apartheid. Mas, especificamente, para os mais de 16 milhões de brasileiras e brasileiros de origens árabes, é preciso garantir compromissos com a possível chapa vitoriosa encabeçada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o vice ainda incógnito. Um compromisso urgente e necessário é o do veto presidencial caso o inimigo aumente sua infiltração no Congresso e tente aprovar legislação racista que associa a crítica ao Estado Colonial do Apartheid na Palestina Ocupada em propaganda "antissemita". Nós, SEMITAS, seríamos considerados "antissemitas" por invasores europeus e seus descendentes no Brasil! Esse absurdo não pode passar e é preciso contar com o veto do Poder Executivo caso venha a se tornar matéria legislativa.

Outro ponto evidente é a retomada das iniciativas diplomáticas em todos os níveis. É necessária a ampliação das embaixadas em nossos países, regiões e aliados, incluindo uma agenda humanitária, cooperação internacional e esforço comum para desenvolvimento científico-tecnológico, através de convênios institucionais e fundos de financiamento para joint-ventures industriais.
O terceiro e ainda mais delicado item programático é uma auditoria completa da infiltração e presença sionista no aparelho policial e de defesa do Brasil. Isso obviamente inclui a revisão de contratos com as empresas de segurança, vigilância e inteligência com fartos, generosos e obscuros contratos com instituições estatais brasileiras. Simultaneamente, o Ministério da Justiça e da Defesa do governo entrante precisam rever a política de intercâmbio, não permitindo mais que operadores da lei ou militares no Brasil sejam influenciados pelo inimigo.

Tais acordos podem ser públicos ou discretos, implícitos ou explícitos, mas são condição sine qua non para qualquer conversa séria de programa de governo nas relações do Brasil com nossos países de origem. Sabendo das capacidades do inimigo em se expressar por “esquerda e por direita”, toda atenção é necessária. De forma velada ou pública, esses pontos precisam ser acordados e cumpridos.

Não há como entrar nos temas programáticos para nossas terras ancestrais e colônia no Brasil sem levar em conta o mais polêmico dos temas período pré-eleitoral. Os embates que giram em torno da aliança "pragmática" de Lula e o ex-governador Geraldo Alckmin atraem a atenção do debate político no início de 2022. Sabemos que o médico natural de Pindamonhangaba e sobrenome patrício não vem sozinho e traz com ele parte do Centrão (via PSD), comandado por outro patrício, Gilberto Kassab. Confesso que mesmo não sendo filiado ao partido de Fernando Haddad (mais um brimo), este tipo de aliança não agrada em nada a este que escreve, porque tende a desmobilizar toda a esquerda e centro-esquerda.

**A “direita cucaracha” e o Consenso de Washington**

Há um tema de fundo que se mescla com as possibilidades reais de crescimento e também desenvolvimento dentro de uma economia capitalista periférica. Não é panfleto e nem discurso. Basta comparar as diretrizes do chamado Consenso de Washington e as posições mais ou menos cínicas de todos os governos da direita latino-americana. Eu disse todos os governos. A orientação do Império teve sua redação final em 1989 e, depois disso, a chamada década perdida findava dando começo ao neoliberalismo pós-colonial. Corte de gastos, privatização, perda de soberania, achatamento da massa salarial, fim de regulação do mundo do trabalho, transnacionalização e etc. E é pura supremacia mesmo, pois nem os capitais dos EUA aproveitam tudo, vide a chegada de capitais europeus na América Latina na década de 1990 e na virada do século, com a presença cada vez mais forte da China. Beijing joga qualquer jogo econômico e pode ganhar. Já o “ocidente” arrasa com as estruturas produtivas e coloca de joelhos toda uma sociedade se não houver resistência. É a aplicação  do conceito de estratégia econômica como predicado por Joseph Schumpeter. O receituário se “aplica na veia e sem anestesia”. Terrível.

Logo, é necessário um salutar afastamento dos debates intestinos e marcar uma agenda própria. É óbvio que qualquer programa de governo federal a diminuir a desigualdade, aumentar o nível de emprego direto (formal e com direitos), intensificar a atividade econômica e seja garantidor de direitos será um passo positivo para o conjunto da população brasileira. As lições da história recente nos dizem que só a força social organizada garante as conquistas. E essa máxima se afirma em todos os níveis.

**A “esquerda” dos colonialistas e nosso pragmatismo**

O discurso de comportamento avançado da “esquerda” sionista tenta sobrepor às condições de agressão militar, bloqueio econômico e Apartheid que nossos países de origem vivem no Bilad al-Sham sob invasão europeia desde 1920. A capacidade de trocar a história por “narrativas” e os fatos por “matizes dos fatos” é enorme e não pode ser subestimada. Ainda assim, sabemos que as casas sendo bombardeadas em Gaza ou a limpeza étnica na Cisjordânia são infinitamente mais concretas do que os desvios de assunto. A mistura de temas e assuntos também faz parte de sua especialidade e a cantilena de “dois povos e dois Estados” sem condição alguma de realização faz parte de sua fórmula e convence muita gente, incluindo este analista por um tempo razoável quando ainda não havia retomado militância efetiva na defesa dos despossuídos.

Já a aliança “pragmática”, especificamente, amplia o ceticismo e a ideia de que as esquerdas e setores afins brigam entre si e se aliam a adversários históricos sem pudor algum. Mas, apesar do posicionamento crítico, assumo e reconheço que são temas distintos. Falando da política específica árabe-brasileira, precisamos avançar como grupo de pressão com o peso de nossa densidade demográfica e à altura dos que lutam e confrontam o inimigo nos países árabes e islâmicos.

<https://www.alainet.org/es/node/214953>